TOMAR
(São João Batista)

Para quem vier do norte, a maneira mais cómoda para chegar a Tomar é seguir pela autoestrada A1 até à zona de Coimbra e depois tomar a A13. Siga nesta autoestrada até à saída 20, sinalizada para Ferreira do Zêzere e Alviobeira. Nesta via percorra uns escassos 500 m até à primeira rotunda, optando, aqui, pela EN-110, que conduzirá até Tomar. Se vier de sul, a melhor forma será percorrer a A1 até à saída 9, para Leiria e Ourém, seguindo depois pela EN-113 no sentido de Ourém durante cerca de 40 km. Ao entrar em Tomar siga a sinalização para o Convento de Cristo, monumento classificado como Património da Humanidade pela UNESCO. O castelo de Tomar localiza-se dentro do seu perímetro.

Tomar é uma cidade pertencente ao distrito de Santarém, é sede de município e está dividida em 11 freguesias. A cidade é atravessada pelo rio Nabão, afluente do rio Zêzere, incluindo-se na bacia hidrográfica do rio Tejo.

Na cidade destacam-se vários edifícios históricos como o Convento de Cristo, declarado Património Mundial desde 1983, o castelo de Tomar, edificado em meados do século XII, a igreja de Santa Maria do Olival, panteão dos Mestres Templários portugueses, a antiga Sinagoga, que data de meados do século XV e a igreja de São João Batista. Tomar foi a sede da Ordem dos Templários em Portugal e mais tarde da Ordem de Cristo.

Na cidade de Tomar realiza-se, de quatro em quatro anos, a famosa Festa dos Tabuleiros, associada no período medieval à festa das colheitas e que atualmente atrai muita gente para assistir ao desfile dos tabuleiros representativos de cada freguesia do município. O cortejo percorre a cidade e vai da igreja de São João Batista até à Misericórdia.



Castelo de Tomar e Convento de Cristo. Vista aérea (Google Maps. Imagens ©2023 CNES / Airbus, IGP/DGRF, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2023)

Castelo de Tomar

O MONTE ONDE SE ERGUE O CASTELO DE TOMAR teve ocupação, arqueologicamente comprovada, durante a proto-história. Foram igualmente identificados testemunhos do período romano muito embora, nesta altura, a principal ocupação se localizasse no vale, junto do rio Nabão. Depois desta época não se conhecem vestígios claros e inequívocos de presença humana estável no alto do monte, quer para o período da antiguidade tardia, quer para o período muçulmano. É provável que nesses tempos as comunidades continuassem a habitar no vale, na zona da velha *Sellium* (ou *Seilium*) romana, que ainda se documenta como sede de paróquia no *Parochiale Suevicum* (século VI). Em todo o caso, o topónimo *Thomar* é anterior à fixação dos Templários nesta zona, estando já referido em 1159, quando D. Afonso Henriques lhes entrega o castelo e território de Ceras, em sinal de reconhecimento pelo acordo alcançado entre o bispo de Lisboa, Gilberto de Hastings, e o mestre dos Templários portugueses, Gualdim Pais. Neste documento se menciona *Thomar* e o *Portum de Thomar*. O acordo entre Gilberto de Hastings e Gualdim Pais veio pôr termo a uma prolongada querela que envolveu o bispado de Lisboa e os freires do Templo, em torno da doação dos rendimentos eclesiásticos de Santarém, que D. Afonso Henriques tinha confiado aos Templários depois da conquista desta cidade, em março de 1147, em sinal de reconhecimento pelo apoio que os freires lhe tinham dado. A doação foi assinada em abril de 1147, seis meses antes da conquista definitiva de Lisboa, num momento em que o monarca estaria longe de pensar que esta se viria a concretizar tão rapidamente. A partir da conquista de Lisboa, em 25 de outubro de 1147, o novo titular da cadeira episcopal olisiponense reclamou os seus direitos sobre os rendimentos das igrejas daquela que era a segunda cidade mais importante do seu bispado. Uma longa série de bulas papais tentou apaziguar as duas partes, mas sem grande sucesso. Só depois do regresso de Gualdim Pais do Próximo Oriente, em 1156, e da sua ascensão a Mestre dos Templários, foi possível chegar a um acordo, selado em fevereiro de 1159. A coroa, em sinal de reconhecimento, doou aos Templários o castelo de Ceras (Alviobeira) e o seu território, com a recomendação que os freires reconstruíssem a fortificação. Uma fonte tardo-medieva registava que Gualdim Pais, analisando o local onde o castelo de Ceras se erguia, meio arruinado, entendera que aquela não era a melhor opção. E que teria então decidido erguer um novo castelo em Tomar, duas léguas a sul de Ceras. A obra de Tomar arrancou pouco depois da doação régia. Uma inscrição gravada no lintel da porta de entrada da torre de menagem do castelo de Tomar, regista o início da construção no dia 1 de março de 1160:

Vista geral do castelo a partir de nordeste



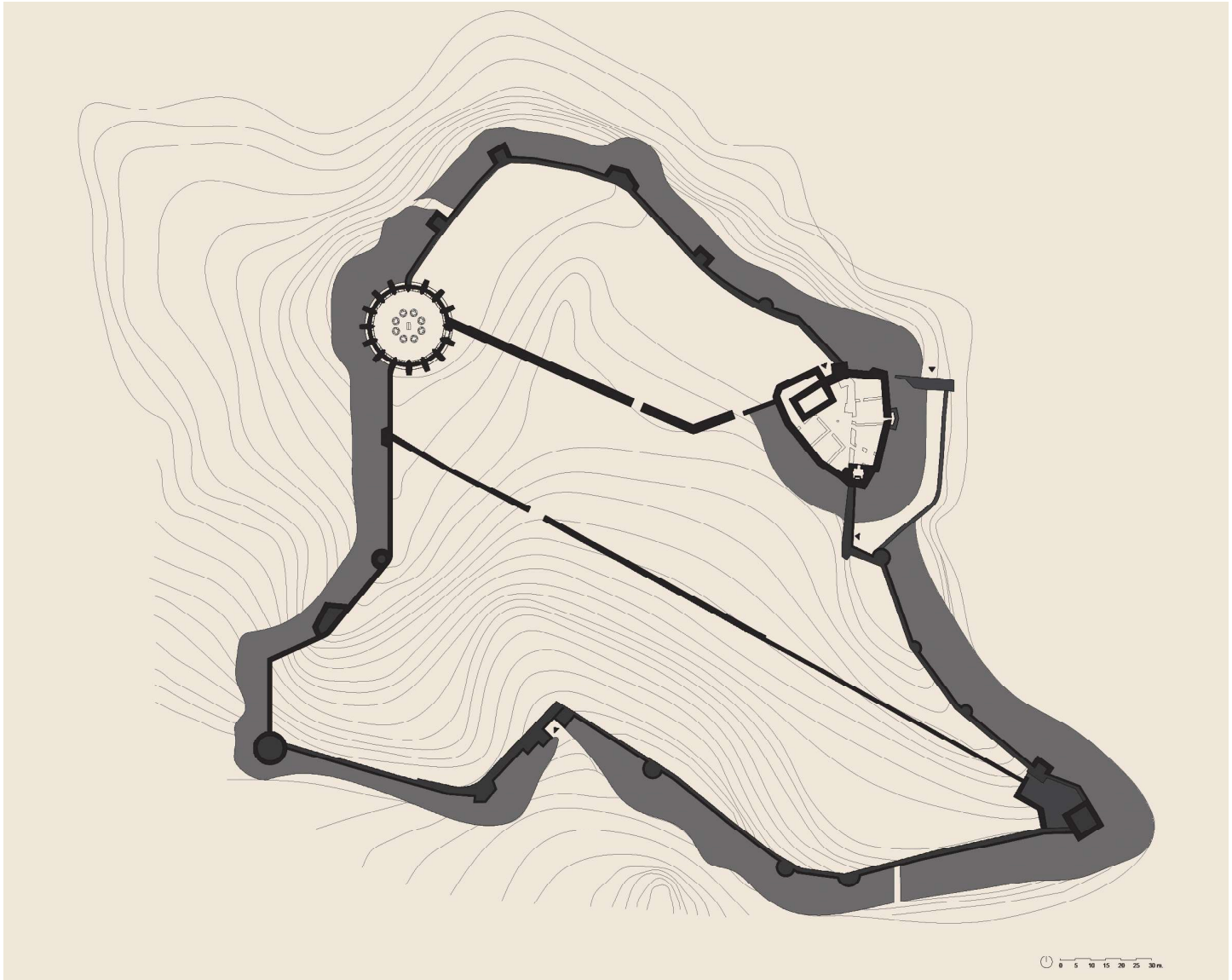
IN ⁝ Era ⁝ Mª ⁝ Cª ⁝ LXª ⁝ VIII ⁝ REGNANTE ⁝ ALFONSO ⁝ / ILLVSTRISSIMO ⁝ REGE ⁝ PORTVGALIS ⁝ DOMNVS ⁝ / GALDINVS ⁝ MAGISTER ⁝ PORTVGALENSIVM ⁝ MILITVM ⁝ TEMPLI ⁝ / CVM ⁝ FRATRIBVS ⁝ SV(i)S ⁝ PRIMO ⁝ DIE ⁝ MARCII ⁝ CEPIT ⁝ HEDIFICARE ⁝ / HOC ⁝ CASTELVM ⁝ NOMINE ⁝ THOMAR ⁝ QUOD ⁝ PREFATVS ⁝ REX ⁝ / OBTVLIT ⁝ D[eo et militibus templi]

A construção da muralha e do castelo de Tomar deve ter-se prolongado durante toda a década de 1160, absorvendo os meios humanos e os recursos económicos da Ordem. É significativo que, durante este período, não se conheçam outras obras empreendidas pelos freires nos vários castelos que já detinham. Aproximando-se a sua conclusão, os Templários devem ter solicitado ao monarca a confirmação do território que, na primitiva doação, era mencionado



Inscrição comemorativa da construção da Torre de Menagem de Pombal, de 1171, deslocada para Tomar pelo Infante D. Henrique nos meados do século XV

Planta



como o território do castelo de Ceras e que, agora, pretendiam renomear como o território do castelo de Tomar. O monarca acedeu ao pedido e confirmou a posse de Tomar e do seu espaço aos Templários, aproveitando a ocasião para ampliar um pouco os limites do espaço doado, prolongando-o agora até à margem norte do rio Tejo, no troço compreendido entre os castelos de Zêzere e da Cardiga. A formula final da inscrição do lintel da torre de menagem sugere que este letreiro foi criado na esteira da confirmação de 1169. Mas a obra promovida pelos Templários não se confinou apenas à estrutura castelar. Sabemos hoje que, desde a primeira hora, arrancou igualmente a construção da muralha que haveria de englobar o castelo, as instalações dos freires e o primitivo assentamento da vila de Tomar. Uma inscrição, recentemente identificada no troço de muralha à direita da Porta do Sangue, portadora da Era de 1198 (A.D. 1160), revela que a construção da muralha que defendeu o primitivo burgo de Tomar arrancou no mesmo ano que a construção da torre de menagem do castelo. O letreiro diz:

IN : E(r)a : M^{a} : CL^{a} : X'^{a} : VIII / A(lfons)o - M(agister)

Não sabemos se este mestre Afonso, nele mencionado, foi o autor da inscrição ou se foi o arquiteto da obra de Tomar. Volvidos pouco mais de dois anos, em novembro de 1162, Gualdim Pais assinou o primeiro foral da vila de Tomar, procurando incentivar a fixação de habitantes no novo burgo. Doze anos mais tarde, em junho de 1174, outorgaria novo diploma, aprofundando e clarificando disposições foralengas. A vida urbana devia estar a ganhar algum dinamismo, como nos atesta a venda de uma casa, realizada por uma viúva, em 1172 e o desenvolvimento, já comprovado em 1178, de dois arrabaldes fora de muros: o de São Martinho (nas traseiras do complexo medieval, onde mais tarde se ergueram os claustros modernos) e o da Corredoura (no sopé do monte, para onde, nos finais do século XV, se deslocou a população que ainda vivia no alto do monte). O espaço amuralhado já era, em 1178, demasiado exíguo para comportar as habitações daqueles que pretendiam viver à sombra dos freires. Concluída a construção das estruturas militares, por volta de 1169-70, os Templários puderam então começar a erguer a Charola de Tomar, um templo de planta centrada, inspirado no primitivo Templo do Santo Sepulcro e na Cúpula do Rochedo, dois monumentos emblemáticos de Jerusalém. O edifício apresenta uma rotunda interior apoiada sobre oito pilares e rodeada por uma galeria anelar. A parede exterior, poligonal, apresenta o dobro das faces do octógono central, sendo reforçada por 16 contrafortes. A estrutura românica ainda subsiste, merecendo realce os seus capitéis, camuflados pelo denso revestimento pictórico quinhentista, que revelam claras influências do Românico de Coimbra. A espacialidade do templo foi, no entanto, duramente perturbada pela construção do Coro manuelino, que eliminou dois tramos da galeria exterior. As obras da Charola devem ter arrancado por volta de 1170-75. A primeira fase prolongou-se até 1190, sendo interrompida em consequência da devastação provocada pelo cerco almóada de Abu Yaqub



Vista geral da alcáçova e castelo



Porta de Santiago (porta da barbacã) e castelo



Alambor na base da muralha do Castelo, entre a Porta de Santiago e a Porta do Sol

Yuçuf, *al-Mansur*, que sitiou Tomar durante seis dias e promoveu a pilhagem dos territórios envolventes, arruinando a economia templária. Uma longa inscrição, conservada no interior do perímetro do Convento de Cristo, na escadaria de acesso à Charola, à mão direita de quem sobe, ficou a assinalar o cerco almóada, iniciado a 5 de julho e terminado a 11 do mesmo mês do ano de 1190. Na época filipina promoveu-se a sua tradução, que se gravou em inscrição moderna. O letreiro medieval abre com uma cópia da inscrição de 1160 (certamente por esta ter ficado mutilada durante o cerco, na sua última linha), à qual se acrescentam alguns pormenores sobre o cerco almóada e a resistência oferecida pelos Templários, empolando-se, naturalmente, os números:

> E(ra) : M : C : LX′ : VIII ⁝ REGNANTE : ALFONSO ⁝ ILLVSTRISSIMO REGE PORTVGALIS ⁝ MAGISTER GALDI / NVS ⁝ PORTVGALENSI ⁝ VM [sic] ⁝ MILITVM ⁝ TEMPLI ⁝ CVM FRATRIBVS SVIS PRIMO ⁝ DIE ⁝ MARCII ⁝ CE / PIT ⁝ EDIFICARE ⁝ HOC ⁝ CASTELLVm ⁝ NomiNE ⁝ THOMAR ⁝ QuOD ⁝ PREFATVS ⁝ REX ⁝ OBTVLIT ⁝ DEO ⁝ ET ⁝ MILITIBVS ⁝ TEM / PLI ⁝ E(ra) ⁝ M ⁝ CC ⁝ XX ⁝ VIII ⁝ III ⁝ NoNaS ⁝ IVLII ⁝ VENIT ⁝ REX ⁝ DE ⁝ MAR(r)OQ(u)IS ⁝ DVCENS ⁝ CCCC ⁝ MILIA ⁝ EQ(u)ITVM / ET ⁝ Q(u)INGENTA ⁝ MILIA ⁝ PEDITVM ⁝ ET OBSEDIT ⁝ CASTRVM ISTVD ⁝ PER ⁝ SEX ⁝ / DIES ⁝ ET ⁝ DELEVIT ⁝ QVANTVM ⁝ EXTRA ⁝ MVRVM ⁝ INVENIT ⁝ / CASTELLVm ⁝ ET PREFATVS ⁝ MAGISTER ⁝ CVm FRATRIBVS ⁝ SVIS ⁝ LIBERAVIT ⁝ DEVS ⁝ DE MANIBVS ⁝ SVIS ⁝ IPse ⁝ REX / REMEAVIT ⁝ IN PATRIA ⁝ SVA ⁝ CVm ⁝ INNVMERABILI DETRIMENTO ⁝ HOMINVm ⁝ ET BESTIARVM ⁝

A dura crise económica em que os Templários se viram mergulhados na esteira destes eventos ditou a interrupção das obras da Charola, que apenas seriam retomadas, e concluídas, já no século XIII, quando os freires se empenhavam, também, na conclusão da igreja de Santa Maria do Olival, onde instalaram o seu panteão funerário.

Concebido desde a origem para ser a sede da Ordem do Templo em Portugal, o castelo de Tomar revestiu-se de requintes arquitetónicos até então nunca vistos no reino. O percurso desta estrutura é conhecido. Permaneceu na posse dos freires até ao início do processo de extinção da Ordem, que arrancou em 1307, quando o papa Clemente V convocou o Concílio de Vienne (França). Em 1309 D. Dinis ordenou a incorporação, a título transitório, do património templário nos bens da coroa portuguesa, evitando, assim, que ele fosse integrado na Ordem do Hospital, como pretendia o papado e como acontecera em outros reinos europeus. O Concílio de Vienne acabaria por ser apenas reunido em 1311, abrindo os seus trabalhos a 16 de outubro desse ano e encerrando a 6 de maio de 1312. Nele foi decidida a extinção formal da Ordem do Templo. Em Portugal, D. Dinis iniciou um longo processo negocial conseguindo que, em 14 de março de 1319, pela bula *Ad ea Exquibus* do papa João XXII, fosse instituída a Ordem de Cristo, que se tornou herdeira do património dos Templários. A primeira sede da nova Ordem militar ficou instalada em Castro Marim, mas depressa os freires regressaram a Tomar. Em 1335 já estavam de novo presentes e em 1357 Tomar voltou a ser formalmente sede de Ordem militar, iniciando-se um

processo de conventualização do sítio. Ao longo do século XV e na época moderna os claustros e as instalações conventuais multiplicaram-se e monumentalizaram-se, ajudando a conferir ao complexo tomarense o perfil que hoje lhe reconhecemos. A nova vila de Tomar, a partir de 1499 implantada definitivamente no sopé do monte, seria distinguida com Foral Novo, atribuído por D. Manuel I em 1 de maio de 1510. No início desse ano, a 20 de janeiro, o bacharel Fr. Diogo do Rego mandara organizar o *Tombo dos bens pertencentes à vigairaria de Tomar*, onde se arrolou e descreveu o património da Ordem de Cristo na Comenda de Tomar.

Erguido a uma cota absoluta de 117 m, o Castelo de Tomar é o mais notável castelo português do século XII. Nele vemos aplicados os mais avançados conhecimentos da arquitetura militar da época, evidenciando contactos com o Próximo Oriente, cenário das Cruzadas, com o qual Gualdim Pais tomara conhecimento durante a sua permanência na zona entre 1151 e 1156, no âmbito da IIª Cruzada. O castelo aproveita a superfície principal da coroa do monte, sobranceira ao vale do Nabão. Embora se socorra de vários panos de muralha retilíneos, o castelo evidencia uma planta irregular. Nele conseguimos distinguir quatro grandes espaços, bem cartografados por Lacerda Machado na sua planta levantada em 1935 (mas apenas editada em 1936). O castelo, propriamente dito, é um pequeno recinto erguido na zona de cota mais elevada, com uma planta sub-triangular. A seu lado, desenvolvendo-se para norte, estendendo-se entre o Castelo e a Charola românica, encontramos o recinto reservado às instalações dos freires templários. A sul construiu-se um outro espaço muralhado destinado a albergar as primeiras casas da povoação de Tomar, que foram distinguidas pelos forais de 1162 e 1174. Entre o recinto norte, destinado aos freires, e a área da primitiva vila de Tomar desenvolvia-se um pátio, outrora conhecido como o *Terreiro do Recebimento*, que, num pormenor bem conhecido da iluminura de abertura do Livro 4 da Estremadura, da Leitura Nova, realizada por volta de 1509 por António de Holanda, se mostrava desprovido de construções. Era um espaço livre, destinado a separar os freires dos habitantes de Tomar e a receber as populações do seu termo em caso de ameaça. Nessa iluminura, como numa outra do *Tombo dos Bens, Rendas, Direitos e Escrituras da Mesa Mestral da Ordem de Cristo na Vila de Tomar*, podemos admirar a Charola de Tomar com a cobertura rematada por agulha, que desapareceu com um dos terramotos de 1531.

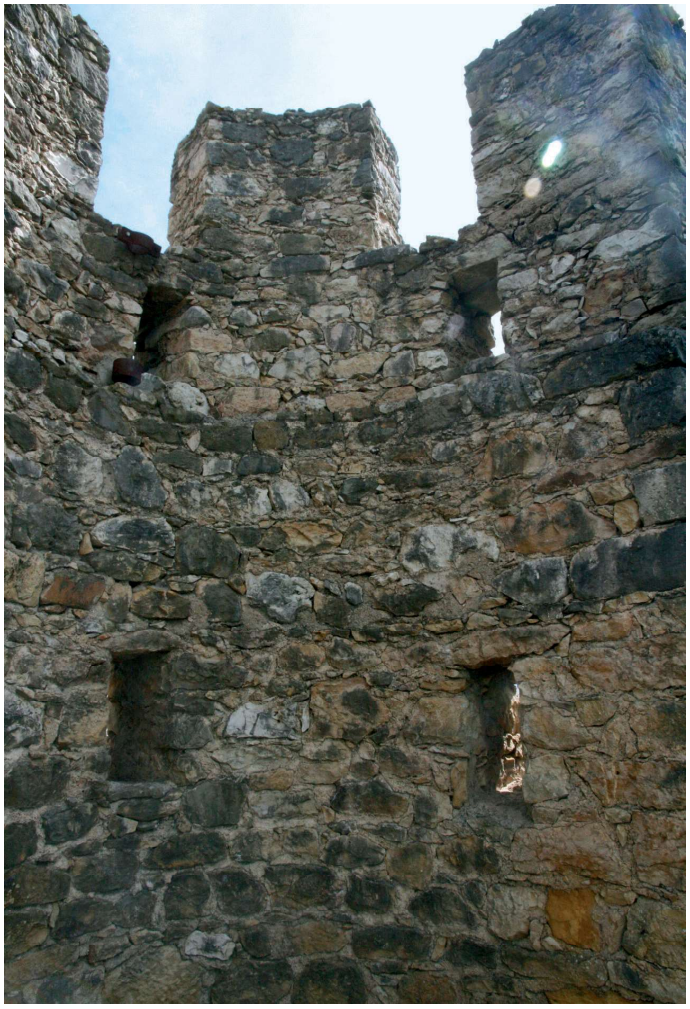
A implantação dos vários recintos de Tomar obedeceu ao "princípio do comando", conceito militar em voga na época: o castelo ocupou a colina mais elevada; a Charola ergueu-se no segundo morro mais alto; o recinto dos freires desenvolveu-se entre o polo militar e o polo



Alambor na base da muralha do Castelo, entre a Porta de Santiago e a Porta do Sol



Muralha com alambor, entre a Torre da Rainha e a Porta do Sangue



Vista interior de um dos torreões da muralha, com dois níveis de seteiras, proporcionando dois planos de tiro

religioso; e, por fim, o pátio intermédio e a zona do burgo tomarense ocuparam terrenos com cotas progressivamente mais baixas. O circuito amuralhado de Tomar, compreendendo os quatro redutos acima descritos, apresenta um perímetro exterior de 690 m. O castelo de Tomar tem um perímetro exterior de 110 m; a área da Alcáçova destinada aos freires tem um perímetro amuralhado de 270 m; e a zona reservada aos habitantes de Tomar, a sul, tem um perímetro exterior de 540 m.

A muralha de Tomar era servida por três portas: a Porta de São Martinho ou da Traição, que Lacerda Machado localizou na zona noroeste do recinto, ao lado da Charola e dentro do espaço reservado aos freires, comunicando com a arrabalde de São Martinho; a Porta do Sol, junto do castelo, que garantia acesso ao pátio intermédio, às instalações dos freires e, a partir destas, ao próprio castelo; e a Porta da Vila ou da Almedina (desde os acontecimentos de 1190 também conhecida como a Porta do Sangue), na vertente sul, que servia a vila de Tomar. As duas portas principais apresentam uma opção idêntica: foram ambas rasgadas em panos de muralha reentrantes, o que permitia que, do alto dos muros da muralha (no caso da Porta do Sangue) ou do castelo (no caso da Porta do Sol), se fizesse tiro sobre o exterior das portas. Esta solução, que tem passado despercebida, ajuda a compreender a mestria da fábrica de Tomar.

Quando chega ao monumento, o visitante depara com uma barbacã de porta, a que se acede pela Porta de Santiago. Trata-se de uma reforma tardia, já do século XV, que recebeu troeiras para tiro com armas de fogo no reinado de D. Manuel I. Ultrapassada a Porta de Santiago, o visitante encontra, à sua mão direita, a estrutura do *alambor* – uma potente base rampeada erguida no exterior da muralha do castelo –. Chegando à Porta do Sol poderá admirar, à sua mão esquerda, outro troço desta notável solução construtiva. O castelo de Tomar foi a primeira estrutura portuguesa e ibérica a receber alambor, uma solução que Gualdim Pais trouxe do Próximo Oriente, onde a vira



Porta do Sol

aplicada nos mais importantes castelos dos Cruzados, com os quais contactou quando ali permaneceu entre 1151 e 1156. Com efeito, Gualdim Pais percorreu mais de 800 km ao longo do Reino de Jerusalém, do Condado de Trípoli e do Principado de Antioquia. Participou no cerco e conquista de Escalona (25 de janeiro a 19 de agosto de 1153), a sul; e na defesa de Antioquia dos ataques do sultão de Konya (*circa* 1154), a norte. Teve, assim, oportunidade de conhecer os principais castelos dos Cruzados, de onde retirou ensinamentos. Concebido desde a origem para ser a sede da Ordem do Templo em Portugal, a estrutura de Tomar recebeu alambor na muralha do castelo e em todas as muralhas exteriores, numa extensão que não voltaria a ser utilizada em Portugal. O alambor veio reforçar a base das muralhas, dificultando as técnicas de desmonte (mina e sapa). Impediu, ainda, a utilização de engenhos de assalto. E, por fim, anulou os ângulos mortos junto da base dos muros, colocando os sitiadores ao alcance do tiro praticado a partir das seteiras (cujo derrame foi calculado para alcançar a base do alambor, anulando os ângulos mortos). Trata-se, por isso, de uma estrutura militar concebida de uma forma integrada, planeada de maneira a que todos os seus elementos funcionem articuladamente. Uma estrutura da maior relevância no contexto da nossa arquitetura militar.

Ao longo da muralha exterior do complexo de Tomar encontramos 25 torres ou torreões, de variadas tipologias, na sua maioria de planta semicircular (que parece ter sido a opção inicial), mas também algumas de planta esquadriada (quadrada ou retangular) e duas pentagonais (uma na muralha do castelo, outra na muralha do recinto dos freires), estas eventualmente fruto de intervenções mais tardias. Partindo da Porta do Sol até ao extremo sul da fortificação, monumentalizado pela Torre da Rainha ou Torre de D. Catarina, encontramos três torreões semicirculares e um torreão quadrado. No troço entre a Torre da Rainha e a Porta do Sangue ergueram-se mais cinco torreões, todos semicirculares, alguns abertos pela gola e comandando o adarve. A Porta do Sangue é enquadrada por duas potentes torres de planta quadrada. Desta porta até à Torre da Condessa, o torreão circular no ângulo sudoeste, que sofreu grande reforma em época moderna, desenvolve-se um sistema defensivo com um torreão quadrado. A partir da

Torre da Condessa os vestígios do alambor foram quase todos eliminados pelas obras quatrocentistas e modernas. Mas voltamos a encontrar alguns testemunhos na base da Sala do Capítulo, estrutura inacabada que se apoiou precisamente sobre o alambor. A partir daqui os vestígios são ainda mais ténues: a construção do Claustro Principal, do Coro manuelino (com a sua famosa janela manuelina) e do Claustro da Hospedaria encarregaram-se de os encobrir, da mesma forma que as estruturas conventuais dos freires templários foram irremediavelmente comprometidas pela construção do Paço do Infante D. Henrique e dos Claustros da Lavagem e do Cemitério (segundo risco de Fernão Gonçalves). Numa descrição datada de 1571, Pedro Álvares Seco refere que antes da construção do Paço do Infante D. Henrique esta zona era "recolhimento dos cavaleiros templários que aí viviam para defensão da terra, apartados do povo que vivia na outra parte da cerca, contra o sul". Ao longo do espaço do convento dos freires, a muralha apresentava mais cinco torreões, um deles pentagonal, que Francisco Lacerda Machado identificou nos alicerces do Hospital Militar, em 1934, e cartografou. Por fim, na zona do castelo encontramos um segundo torreão pentagonal, sobranceiro à barbacã de porta.

O castelo de Tomar apresenta um pátio relativamente reduzido, de configuração sub-triangular. Nele se ergue a primeira torre de menagem portuguesa – mais uma inovação que Gualdim Pais trouxe do Próximo Oriente –. Curiosamente, e ao invés da opção que viria a ser largamente predominante entre as torres de menagem portuguesas (que optam pelas plantas quadradas), a torre de Tomar apresenta um espaço retangular, com 10 x 7 m. O seu interior estrutura-se em três andares e recebeu uma reforma tardia na parte superior, do coroamento, bem identificável pela mudança de aparelho construtivo. Nos pisos inferiores ainda se consegue admirar a tipologia das antigas seteiras. A porta de entrada, rasgada ao nível do primeiro andar, junto do ângulo sudoeste, é sobrepujada por lintel com a inscrição de 1160, já acima mencionada. A torre de menagem deve ter sido a primeira construção a ser erguida em Tomar. Para acelerar o processo construtivo, na sua estrutura foram reaproveitados diferentes elementos pétreos provenientes de monumentos romanos e tardo-antigos (entre os quais se contam várias inscrições romanas e algumas placas de *iconostasis* altimediévicas), que os Templários retiraram da zona da velha *Seilum* ou *Sellium* e levaram para o alto do monte. O recurso ao reaproveitamento de materiais foi uma prática recorrente nesta ordem, documentando-se em várias das suas estruturas castelares. No interior do pátio, para além de estruturas arquitetónicas adossadas às muralhas sudoeste e sudeste, destaca-se uma cisterna com planta em V,



Alambor na base da muralha do Castelo, entre a Porta do Sol e a Torre da Rainha



Porta do Sangue e pano de muralha adjacente, com alambor



Vista do castelo e Torre de Menagem. A direita, a Porta do Sol

solução única em Portugal. Esta cisterna resulta de uma estrutura retangular que foi, posteriormente, ampliada com o acrescento de um outro reservatório que se construiu a seu lado e que se ligou por arco de volta perfeita. Segundo Lacerda Machado, o depósito maior mede 11,30 x 3,12 m; o menor 7,90 x 3,00 m. Ambos atingem 6,10 m de altura e teriam capacidade para cerca de 300 m^3 de água. O bocal para extração de água, circular, localiza-se no centro do pátio.

As estruturas arquitetónicas erguidas pelos Templários sofreram inúmeras intervenções posteriores. A área das instalações dos freires foi duramente afetada pelas obras patrocinadas pelo Infante D. Henrique, que foi nomeado administrador da Ordem de Cristo em 1420, depois da morte de D. Lopo Dias de Sousa († 1417). Ao Infante se deve o novo Paço, o Claustro do Cemitério e o Claustro da Lavagem, a Sacristia Nova, a torre e a Capela de S. Jorge. O Paço do Infante deveria estar concluído por volta de 1438, já que nele se encontrava instalado D. Duarte quando a morte o surpreendeu, a 9 de setembro desse ano. Foi igualmente aqui que teve lugar a cerimónia de aclamação de D. Afonso V. O ambicioso programa construtivo empreendido pelo Infante D. Henrique, e levado a cabo entre 1420 e 1460, acabaria por destruir os vestígios das estruturas conventuais dos freires templários.

Por seu turno, a zona do arrabalde de São Martinho foi drasticamente alterada com a construção dos claustros modernos do Convento de Cristo, nomeadamente por aqueles que se encostaram ao perímetro muralhado medieval (o Claustro das Hospedarias, o pequeno Claustro de Santa Bárbara e o Claustro de D. João III).

A área do primitivo assentamento de Tomar, no reduto sul intramuros, viu-se esvaziada dos seus moradores a partir da determinação de D. Manuel I (1499) e foi, na época moderna convertida em área de hortos e jardins, com profundas alterações de cota, as últimas já realizadas no século XX. Junto da Torre da Rainha ou de D. Catarina construiu-se, no reinado de D. João III, uma cisterna, destinada a abastecer esta zona de água. Nas suas imediações, no século XV, o comendador-mor de Tomar, D. Gonçalo de Sousa, mandara construir um templo dedicado a Santa Maria do Castelo, que serviu de paroquial ao burgo medieval de Tomar até este ser deslocado em 1499. Mais tarde foi reconvertido na Ermida de Santa Catarina, da qual ainda subsiste o portal de entrada.

Na zona do castelo, as intervenções registam-se no coroamento da torre de menagem, cujo último piso foi integralmente reconstruído, como se pode verificar pela mudança de aparelho de construção. Essa reforma da torre de menagem foi aproveitada para se introduzirem troeiras, mecanismos para tiro com armas de fogo. No pátio, as construções que se adossavam aos panos de muralha, sofreram também reformas, como se pode verificar pela tipologia das portas.

A Ordem de Cristo seria extinta em 1834, juntamente com outros institutos religiosos, tendo parte do Convento de Cristo sido adquirido, em 1843, pelo Conde de Tomar, António Bernardo de Costa Cabral, que aqui instalou a sua residência. Foi ele um dos grandes responsáveis pela preservação desta estrutura arquitetónica. O monumento regressaria ao Estado noventa anos mais tarde, em 1933, iniciando-se, a partir de então, diversos procedimentos de conservação e restauro. Foi classificado como Monumento Nacional pelos Decretos de 10 de janeiro de 1907 (DG, 1ª Série, nº 14, de 17 de janeiro de 1907) e de 16 de junho de 1910 (DG, 1ª Série, nº 136, de 23 de junho de 1910). Em 1983 foi inscrito na lista do Património Mundial da Humanidade, classificação atribuída pela UNESCO.

Texto: MJB - Fotos: MJB/JNG - Plano: SIPA-DGPC/TCF

Bibliografia

ALARCÃO, J., 2015b, pp. 152-153; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, pp. 118-120; ALMEIDA, C.A.F., 2001, pp. 138-139 e 146-147; ALMEIDA, J., 1945, II, pp. 300-303; BARBOSA, I.V., 1867, pp. 185-187; BARROCA, M.J., 1996-97, pp. 171-209; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 104 (de 1160, março, 1), n.º 136 (de 1171), n.º 188 (de 1190, julho, 5); BARROCA, M.J., 2001b, pp. 213-227; BARROCA, M.J., 2001c, pp. 159-166; BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 122 (de 1160), n.º 123 (de 1160, março, 1), n.º 157 (de 1171), n.º 215 (de 1190, julho, 5); BARROCA, M.J., 2017b, pp. 148-150; CADEI, A., 1995, pp. 75-97; CONDE, M.S.A., 1996a; CONDE, M.S.A., 1996b, pp. 193-249; DIAS, A.C., 2012, pp. 301-312; DIAS, L.F.C., 1961-69, III, pp. 39-42 (de 1510, maio, 1); DIAS, S.J.G., 2014, pp. 123-139; DMP, DR, doc. n.º 271 (de 1159, fevereiro) e doc. n.º 297 (de 1169, outubro); FRANÇA, J.A., 1994, pp. 49-53; FREIRE, A.B., 1908, p. 267; GIL, J., 1986, pp. 136-137; GRAÇA, L.M.P.S., 1994; GRAF, G., 1986-87, I, p. 207; GUIMARÃES, V., 1901, pp. 14-20; GUIMARÃES, V., 1927; GUIMARÃES, V., 1929, pp. 35-37; JANA, E.J.N., 1996, pp. 71-79; LAMBERT, E., 1940, pp. 588-597; LAMBERT, E., 1954, pp. 144-150; MACHADO, F.S.L., 1936; MARTINS, M.G., 2016, pp. 35-36; MON. HENR., 1, doc. n.º 2 (de 1147, abril), doc. n.º 3 e 4 (de 1159, fevereiro), doc. n.º 5 (de 1159, junho, 12), doc. n.º 6 (de 1159, junho, 15), 7 (de 1169, outubro), doc. n.º 8 (de [1168-69], junho, 27), doc. n.º 10 (de 1186-87, janeiro, 28), doc. n.º 58 (de 1318, agosto, 14), doc. n.º 61 e 62 (de 1319, março, 14), doc. n.º 63 e 64 (de 1319, março, 15), doc. n.º 65 (de 1319, março, 16), doc. n.º 66 (de 1319, abril, 5), doc. n.º 67 (de 1319, novembro, 18), doc. n.º 68 (de 1319, novembro, 20), doc. n.º 69 (de 1319, maio, 11), doc. n.º 73 (de 1321, junho 11) e doc. n.º 74 (de 1326, agosto, 18); OLIVEIRA, N.V., 2010, pp. 317-356; OLIVEIRA, N.V., 2016, pp. 110-127; PERES, D., 1969, pp. 161-166; PISTILLI, P.F., 2000, pp. 231-233; PMH, LEGES, pp. 388-389 (de 1162, novembro) e pp. 399-401 (de 1174, junho); PONTE, S., 1989; PONTE, S., 1995, pp. 301-303; PONTE, S. *et alii,* 2002, pp. 423-438; PONTE, S. *et alii,* 2011, pp. 379-385; ROSA, A., 1965, I, pp. 44-45; SANTOS, C.E., 2008, pp. 1-22; SANTOS, C.E., 2011, pp. 39-56; SANTOS, J.A., 1879, pp. 27-33 e 133-141; SEQUEIRA, G.M., 1949, pp. 100-101; SIPA; TEIXEIRA, F.A.G., 1925; TEIXEIRA, F.A.G., 1929, pp. 5-7; TOMBOS O.CRISTO, 2005, II, pp. 265-340.